



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 1378

PROCESSO SMA

Nº 13.853/2006

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico 12/2009/EMEE e na Deliberação CONSEMA 17/2009, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

CNPJ: 33.000.167/0001-01

LOGRADOURO: AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 65

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO

CEP: 20031-912

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: PLANO DIRETOR DE DUTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PDD/SP

MUNICÍPIO(S): ATIBAIA, BIRITIBA MIRIM, BOM JESUS DOS PERDÕES, CAMPINAS, PAULÍNIA, JAGUARIÚNA, MORUNGABA, ITATIBA, BRAGANÇA PAULISTA, NAZARÉ PAULISTA, SANTA ISABEL, MOGI DAS CRUZES, GUARAREMA, SUZANO, SÃO PAULO, FERRAZ DE VASCONCELOS, MAUÁ, SÃO CAETANO DO SUL, SANTO ANDRÉ, RIBEIRÃO PIRES, RIO GRANDE DA SERRA, OSASCO, TABOÃO DA SERRA, DIADEMA, GUARULHOS, SÃO BERNARDO DO CAMPO E BARUERI

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: O Plano Diretor de Dutos prevê:

- Implantação de faixas novas de dutos, Ampliação e Desativação de faixas/dutos existentes conforme ANEXO 2;
- Instalações Pontuais – Implantação do Terminal de Mauá (1 km²), Ampliação do Terminal de Guararema (0,33 km²), Implantação de Estação de Controle de Gás de Mauá – ECGM (5.000 m²), Implantação de Estação de Bombeamento de São Bernardo do Campo – EB (150.000 m²), Ampliação e Adequação de instalações existentes na RECAP, Desativação parcial dos Terminais de São Caetano do Sul e Barueri e da Área de Válvulas de Suzano.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 02 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data:

20/04/20

FRANCISCO GRAZIANO NETO - Secretário de Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

Fls 01/07

PROCESSO SMA
Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1378

Para a continuidade do licenciamento ambiental a ser realizado no âmbito da CETESB e Agência Ambiental da CETESB, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências:

1. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação
- 1.1. Apresentar Exames Técnicos dos municípios afetados pelo empreendimento, conforme determina Resolução SMA 12/09;
- 1.2. Apresentar manifestação do Conselho Gestor da APA da Várzea do Tietê sobre o atendimento ao Parecer Conselho Gestor nº 03/08, de 30/05/2008;
- 1.3. Apresentar manifestação do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBIO sobre o atendimento ao Parecer Técnico nº 03/2008 APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul;
- 1.4. Apresentar manifestação da Fundação Florestal sobre o atendimento ao Parecer Técnico NAT/PESM-Núcleo Itutinga Pilões/E.E. Itapeti Nº. 01/08 para essa fase do licenciamento;
- 1.5. Comprovar atendimento ao Parecer Técnico DUSM PT-SBC 139/08, de 12/01/2009 do Departamento de Uso do Solo Metropolitano – DUSM;
- 1.6. Comprovar atendimento ao Parecer Técnico nº 22/DPA/FCP/MinC/2008, emitido em 11/04/2008 pela Fundação Palmares;
- 1.7. Apresentar manifestação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI sobre o atendimento ao Ofício nº 684/CMAM/CGPIMA/DAS/08, de 14/11/2008;
- 1.8. Apresentar detalhamento dos Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental informando, no mínimo, sobre as atividades a serem desenvolvidas, a equipe técnica responsável pela implementação do programa, as formas de avaliação contínua do programa, formas de registro das atividades, o cronograma de atividades. Deverão ser apresentados Programas específicos por trecho da obra considerando as particularidades de cada trecho do empreendimento, e incorporando medidas adicionais, tais como a instalação de conselho socioambiental com participação de representantes da comunidade e do empreendedor;
- 1.9. Apresentar o Programa Ambiental de Construção – PAC e seus subprogramas devidamente detalhados, contemplando no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, incluindo a participação de representantes das empreiteiras; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não-conformidades; as formas de registros ambientais e de treinamento dos empregados e os métodos e procedimentos de trabalho ambientalmente adequados para a construção da obra;
- 1.10. Apresentar o detalhamento dos Programas de Controle e Prevenção contra Erosão, Assoreamento e Instabilidade de Terrenos, e de Monitoramento Hidrossedimentológico e da Qualidade da Água contemplando, no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, incluindo a participação de representantes das empreiteiras; as atividades a serem desenvolvidas; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não-conformidades; as formas de registros ambientais e de treinamento dos empregados e os métodos e procedimentos de trabalho ambientalmente adequados para a construção da obra;
- 1.11. Apresentar detalhamento do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas contemplando a reconformação e recomposição vegetal de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, inclusive dos acessos, picadas e áreas de apoio, sendo que, especialmente para as faixas, o plantio deverá ser realizado imediatamente após o fechamento das valas. Deverá também ser apresentado: estudo da viabilidade da utilização de gramíneas nativas para a recomposição da faixa de dutos considerando, no mínimo, a capacidade de proteção contra processos erosivos e a disponibilidade de sementes no mercado; e, o detalhamento das ações de manejo que venham a favorecer a recolonização da fauna nas áreas reflorestadas;

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

Fls 02/07

PROCESSO SMA

Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1378

- 1.12. Incorporar no Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e da Qualidade da Água o monitoramento sedimentológico do Ribeirão do Oratório e do Ribeirão Putim;
- 1.13. Apresentar a estimativa de materiais a serem movimentados, e a localização e capacidade de eventuais áreas de empréstimo e bota-fora necessários às obras;
- 1.14. Apresentar o projeto executivo dos canteiros de obras e pátios de estocagem, indicando a localização, as instalações previstas (alojamento, oficinas, refeitórios, usinas, instalações industriais, instalações sanitárias, vias de acesso, etc.) entre outros;
- 1.15. Apresentar um Subprograma de Controle de Canteiros de Obras e Frentes de Trabalho detalhado, no âmbito do Programa Ambiental de Construção, incluindo, no mínimo, as medidas de minimização e controle da poluição dos canteiros de obra, pátios de estocagem e frentes de trabalho, a equipe técnica responsável, atividades previstas, formas de registros, cronograma de atividades;
- 1.16. Apresentar o detalhamento do Programa de Monitoramento da Flora informando, no mínimo, as atividades previstas, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades, a infraestrutura e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades;
- 1.17. Apresentar o projeto executivo do empreendimento, indicando os critérios ambientais adotados para redução de supressão de vegetação e interferências em APPs, tais como ajustes de traçado das estruturas lineares e localização das instalações pontuais visando o desvio de maciços florestais; utilização de acessos existentes, sempre que possível; exploração de eventuais áreas de empréstimo e bota-fora localizadas em áreas que não exijam supressão de vegetação nativa e que estejam fora de APPs;
- 1.18. Apresentar, com base no projeto executivo do empreendimento, os quantitativos de vegetação a ser suprimida e as intervenções em Áreas de Preservação Permanente;
- 1.19. Apresentar o detalhamento do Programa de Reposição Florestal, de acordo com a Resolução SMA 08/2007 ou aquela que a substitua, incluindo no mínimo: a lista de espécies a serem utilizadas; mapa com a indicação das áreas potenciais para a realização da recomposição florestal em acordo com o DEPRN e órgãos gestores das Unidades de Conservação, equipe técnica responsável, cronograma de atividades, materiais e infraestrutura necessária para implementação do Programa. O Programa deverá considerar o incremento da conectividade, e a reposição florestal preferencialmente na mesma sub-bacia onde houve a supressão;
- 1.20. Apresentar a Autorização para Supressão de Vegetação e intervenção em Área de Preservação Permanente – APP emitida pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN e respectivo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental;
- 1.21. Apresentar outorgas de interferência nos recursos hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE para as intervenções nos corpos d'água a serem atravessados pelo empreendimento e/ou afetados pelos testes hidrostáticos;
- 1.22. Apresentar um Subprograma de Travessia de Corpos d'Água, no âmbito do Programa Ambiental para a Construção, contemplando no mínimo: a equipe técnica alocada e as respectivas responsabilidades; os métodos construtivos escolhidos para a travessia de cada curso, justificando a escolha do método; e os procedimentos e medidas a serem adotados para a realização dos testes hidrostáticos;
- 1.23. Apresentar manifestação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí referente ao atendimento do Parecer GT – Empreendimentos nº 01/2008, de 17/10/2008;
- 1.24. Apresentar manifestação do Comitê da Bacia Hidrográfica Alto Tietê referente ao atendimento da Deliberação CBH-AT – 8, de 28/07/2008;

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

Fls 03/07

PROCESSO SMA

Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 1378

- 1.25. Apresentar o detalhamento do Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna incluindo, no mínimo: a definição dos pontos amostrais considerando os principais fragmentos de vegetação em estágio médio e avançado de regeneração; as espécies bioindicadoras propostas; o cronograma das expedições a campo e atividades; a técnica aplicada de supressão de vegetação visando o afastamento da fauna; as potenciais áreas de soltura da fauna resgatada; acompanhamento das áreas de soltura; equipe técnica responsável; formas de registros;
- 1.26. Apresentar um Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna detalhado, a ser realizado nos pontos selecionados do trecho EB-Mauá, no âmbito do Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna, incluindo, no mínimo, as atividades a serem desenvolvidas, a equipe técnica responsável, a infraestrutura e materiais necessários, e periodicidade de amostragem, cronograma de atividades, propostas de medidas mitigadoras, formas de registro;
- 1.27. Apresentar os resultados do estudo da capacidade de suporte das potenciais áreas de soltura da fauna eventualmente resgatada demonstrando a viabilidade de utilização das mesmas;
- 1.28. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Controle de Tráfego incluindo, no mínimo: as atividades a serem desenvolvidas, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades, as formas de registro;
- 1.29. Apresentar a logística de transporte dos trabalhadores dos locais de alojamento às frentes de obra, incluindo o fluxo de veículos previsto;
- 1.30. Apresentar um Subprograma de Minimização dos Incômodos das Obras à População, no âmbito do PAC, incluindo medidas relativas à sinalização, acessibilidade, controle de ruídos, etc;
- 1.31. Apresentar cadastro atualizado das infraestruturas (rodovias, ferrovias, adutoras, linhas de transmissão, etc.) a serem atravessadas pelo empreendimento;
- 1.32. Apresentar as autorizações dos órgãos e/ou concessionárias responsáveis pelas infraestruturas atravessadas pelo empreendimento;
- 1.33. Apresentar as medidas acordadas com a ECOURBIS, visando garantir e monitorar a estabilidade geotécnica do aterro sanitário, no trecho da faixa Guararema-Mauá;
- 1.34. Comprovar a adoção de medidas adicionais no Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa, Indenizações e Relocação de População, tais como: reinstalação de benfeitorias de uso comunitário próximas às populações; indenização pela perda e restrição de atividades econômicas desenvolvidas na faixa de servidão; acompanhamento da implementação do programa por profissional habilitado;
- 1.35. Apresentar o cadastro atualizado de todas as propriedades atravessadas pelo empreendimento, bem como os acordos amigáveis firmados com os proprietários ou o decreto de utilidade pública e as respectivas imissões na posse;
- 1.36. Apresentar o cadastro atualizado da população residente não proprietária, e os acordos firmados para relocação das famílias;
- 1.37. Apresentar o equacionamento da relocação da população junto aos programas habitacionais das Prefeituras Municipais de Mogi das Cruzes, Suzano e São Paulo, de forma a evitar a auto relocação para áreas protegidas e promover o adequado atendimento às famílias;
- 1.38. Apresentar no Projeto Executivo do Empreendimento nos trechos mais adensados, indicando os critérios socioambientais adotados para redução das interferências em habitações e benfeitorias, visando a redução de relocações e desapropriações;
- 1.39. Comprovar a indenização de benfeitorias e atividades econômicas afetadas pela instituição da faixa de servidão;
- 1.40. Apresentar a manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN sobre os resultados do Programa de Prospecções Intensivas, conforme instruções do Parecer Técnico 272/07 9ª SR/IPHAN/SP, de 05/12/2007;

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

Fls 04/07

PROCESSO SMA
Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 1378

- 1.41. Apresentar propostas de Programas de Capacitação Profissional e os convênios firmados entre o empreendedor e os centros de formação profissionalizante visando à qualificação da mão de obra;
- 1.42. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra informando, no mínimo, sobre as atividades a serem desenvolvidas, a equipe técnica responsável pela implementação do programa, as formas de avaliação contínua do programa, formas de registro das atividades, o cronograma de atividades. Deverá ser apresentado um Subprograma específico por trecho da obra considerando as particularidades de cada trecho do empreendimento;
- 1.43. Comprovar o atendimento às recomendações do Item 4 do Parecer Técnico nº 007/ESCC/08, emitido em 11/1/2008 pelo Setor de Gestão em Áreas Contaminadas da CETESB;
- 1.44. Comprovar o atendimento às recomendações do Item 3 do Parecer Técnico nº 167/ESCA/08, emitido em 16/11/2008 pelo Setor de Apoio Técnico em Áreas Contaminadas da CETESB;
- 1.45. Comprovar o atendimento às recomendações elencadas no item 5 do Parecer Técnico nº 027/09/EIPR, de 13/02/2009, para essa fase do licenciamento;
- 1.46. Comprovar a implementação do Programa de Acompanhamento de Atividades Minerárias, indicando a equipe técnica alocada e as respectivas responsabilidades, as medidas adotadas para a negociação com os detentores dos direitos minerários, os procedimentos de notificação ao DNPM, etc;
- 1.47. Apresentar os acordos firmados com os detentores dos direitos minerários das propriedades localizadas nas áreas de intervenção do empreendimento;
- 1.48. Incluir no âmbito do Subprograma de Minimização dos Incômodos das Obras à População, medidas compensatórias em termos de infraestrutura básica e equipamentos sociais para os municípios menos favorecidos que serão afetados pelo empreendimento;
- 1.49. Comprovar atendimento às recomendações elencadas no Parecer Técnico nº 257/2008/ETQR, de 26/08/08, emitido pelo Departamento de Tecnologia do Ar da CETESB;
- 1.50. Apresentar propostas de medidas de minimização das emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) e da geração de odores no Terminal de Mauá;
- 1.51. Comprovar atendimento às exigências do Parecer Técnico Nº 257/2008/ETQR, de 26/08/08, emitido pelo Departamento de Tecnologia do Ar da CETESB;
- 1.52. Apresentar propostas de medidas mitigadoras relativas aos impactos de ruídos sobre a fauna local, gerados na operação das instalações pontuais;
- 1.53. Incluir, no âmbito do Subprograma de Controle de Tráfego, medidas mitigadoras da alteração do tráfego no entorno do Terminal de Mauá durante a operação do mesmo;
- 1.54. Comprovar atendimento às recomendações elencadas no item 4 do Parecer Técnico nº 221/08/EIPR;
- 1.55. Apresentar o detalhamento do Programa de Utilização das Faixas, contemplando, no mínimo, os responsáveis pelo programa, as atividades a serem implementadas, cronograma de atividades. Tal Programa deverá considerar o estabelecimento de parcerias com as prefeituras municipais para definição dos usos futuros das faixas;
- 1.56. Apresentar o detalhamento do Sistema de Gestão Ambiental informando, no mínimo, os mecanismos de gestão e controle ambiental, periodicidade das atividades, equipe técnica responsável, cronograma de atividades, formas de registro;
- 1.57. Comprovar a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, junto a SMA, e apresentar o comprovante do depósito bancário em Caderneta de Poupança do valor referente à compensação ambiental definido no TCCA, para atendimento ao artigo 36 da Lei Federal nº. 9.985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340/02.

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

Fls 05/07

PROCESSO SMA
Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 1378

2. Durante a implantação do empreendimento
- 2.1. Antes do início das obras, comprovar a implantação de cercamento e sinalização das Áreas de Preservação Permanente das nascentes localizadas nas áreas dos Terminais de Mauá e Guararema;
- 2.2. Apresentar, antes do início das obras, os resultados da primeira campanha da fauna no primeiro relatório de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna;
- 2.3. Apresentar, antes do início das obras, os resultados da primeira campanha da ictiofauna realizado nos pontos selecionados no entorno do trecho EB-Mauá no primeiro relatório de acompanhamento do Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna;
- 2.4. Comprovar a adoção do método de furo direcional para as travessias dos cursos d'água utilizados como manancial para abastecimento e seus afluentes principais;
- 2.5. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento dos Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental indicando, no mínimo, as atividades desenvolvidas no período, a equipe técnica responsável, avaliações de desempenho, as não conformidades identificadas e as respectivas medidas corretivas adotadas, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos;
- 2.6. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa Ambiental para a Construção (PAC) e do Programa de Controle de Prevenção contra Erosão, Assoreamento e Instabilidade de Terrenos do empreendimento, informando sobre o avanço da obra, o acompanhamento da implementação de todos os subprogramas do PAC, dando destaque para procedimentos ambientais adotados, as não-conformidades verificadas em campo e as ações corretivas adotadas;
- 2.7. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa Ambiental de Monitoramento Hidrossedimentológico e de Qualidade da Água, e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, demonstrando as atividades desenvolvidas no período e analisando a eficácia das medidas adotadas, as não-conformidades verificadas em campo e as ações corretivas adotadas, e as atividades a serem desenvolvidas nas etapas subsequentes;
- 2.8. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Controle do Canteiro de Obras e Frentes de Trabalho informando sobre as atividades desenvolvidas no período, as não conformidades identificadas e as respectivas medidas corretivas implementadas, a comprovação da destinação adequada dos resíduos e efluentes gerados, os registros fotográficos, e o cronograma de atividades para o próximo período;
- 2.9. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento da implementação dos Programas de Reposição Florestal e de Monitoramento da Flora e do Subprograma de Controle de Supressão de Vegetação, demonstrando as atividades desenvolvidas no período, as não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, avaliação da eficácia das medidas adotadas e as atividades a serem desenvolvidas nas etapas subsequentes;
- 2.10. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Travessia de Corpos d'Água, no âmbito do Programa Ambiental para a Construção, demonstrando as atividades desenvolvidas no período, as não-conformidades verificadas em campo e as ações corretivas adotadas, e as atividades a serem desenvolvidas nas etapas subsequentes;
- 2.11. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna e respectivo subprograma, informando sobre as atividades desenvolvidas, os resultados obtidos no período, as não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, e o cronograma de atividades para o próximo período;
- 2.12. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Controle de Tráfego, informando, no mínimo, as atividades implementadas no período, as não conformidades identificadas e as respectivas ações corretivas executadas, os registros fotográficos;

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

Fls 06/07

PROCESSO SMA

Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 1378

- 2.13. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Minimização dos Incômodos das Obras à População, informando, no mínimo, as atividades implementadas no período, as não conformidades identificadas e as respectivas ações corretivas executadas, os registros fotográficos;
- 2.14. Apresentar, nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento, o andamento do Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa Indenizações e Relocação de População, contendo informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela instituição ou ampliação da faixa de servidão (informando grau de adaptação à nova situação, nível de satisfação e os principais problemas a serem solucionados);
- 2.15. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra informando, no mínimo, as atividades desenvolvidas no período, a equipe técnica responsável, avaliações de desempenho, as não conformidades identificadas e as respectivas medidas corretivas adotadas, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos;
- 2.16. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Sistema de Gestão Ambiental, informando, no mínimo, sobre o progresso da obra no período e as atividades gerenciais realizadas, os indicadores ambientais adotados, as formas de registro, as não conformidades identificadas e as respectivas medidas corretivas e o cronograma de atividades para o próximo período.
3. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação
- 3.1. Apresentar manifestação da Fundação Florestal sobre o atendimento ao Parecer Técnico NAT/PESM-Núcleo Itutinga Pilões/E.E. Itapeti Nº. 01/08 para essa fase do licenciamento;
- 3.2. Apresentar relatório final dos Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental indicando, no mínimo, as atividades desenvolvidas durante as obras, a avaliação da implementação do Programa, a equipe técnica responsável, e o cronograma de atividades para a fase de operação do empreendimento;
- 3.3. Apresentar relatório final conclusivo informando sobre as medidas ambientais adotadas no encerramento dos diversos subprogramas que compõem o Programa Ambiental para a Construção; do Programa de Controle de Prevenção contra Erosão, Assoreamento e Instabilidade de Terrenos, do Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e de Qualidade da Água e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. Tal relatório deverá apresentar a avaliação dos resultados obtidos nos programas, e comprovar a completa recuperação de todas as áreas afetadas pelo empreendimento (acessos, áreas de empréstimo e bota-fora, canteiros de obras etc);
- 3.4. Apresentar relatório final conclusivo do Subprograma de Controle do Canteiro de Obras e Frentes de Trabalho com a avaliação dos resultados obtidos, e demonstrando a desativação dos canteiros de obras, frentes de trabalho, pátios de estocagem, e a completa recuperação dos locais às condições originais;
- 3.5. Apresentar relatório final do Subprograma de Controle de Supressão de Vegetação informando sobre a avaliação dos resultados obtidos;
- 3.6. Apresentar a comprovação da regularização florestal do Terminal de Guararema, especialmente no que se refere à averbação da Reserva Legal;
- 3.7. Apresentar relatório final conclusivo informando sobre as medidas ambientais adotadas no encerramento do Subprograma de Travessia de Corpos d'Água, no âmbito do Programa Ambiental para a Construção;
- 3.8. Apresentar relatório final do Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna implementado durante as obras informando sobre as atividades desenvolvidas, a avaliação dos resultados obtidos, o cronograma de atividades para a fase de operação;
- 3.9. Apresentar relatório final conclusivo do Subprograma de Controle Tráfego com um balanço das medidas implementadas durante as obras e a avaliação dos resultados obtidos;

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

Fis 07/07

PROCESSO SMA

Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1378

- 3.10. Apresentar relatório final conclusivo do Subprograma de Minimização dos Incômodos das Obras à População com um balanço das medidas implementadas durante as obras e a avaliação dos resultados obtidos;
- 3.11. Apresentar relatório comprovando a execução, durante a implantação do empreendimento, das medidas acordadas com a ECOURBIS, visando garantir e monitorar a estabilidade geotécnica do aterro;
- 3.12. Apresentar relatório conclusivo sobre o Programa para Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações;
- 3.13. Apresentar a manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN sobre os resultados do Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico;
- 3.14. Apresentar relatório final do Subprograma de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra informando, no mínimo, as atividades de capacitação implementadas durante as obras e a avaliação dos resultados obtidos;
- 3.15. Comprovar atendimento às recomendações elencadas no item 5 do Parecer Técnico nº 027/09/EIPR, para essa fase do licenciamento;
- 3.16. Apresentar um Plano de Gestão Ambiental de Faixas e Dutos, contemplando no mínimo: a equipe técnica alocada e as respectivas responsabilidades; a caracterização dos tipos de intervenções previstas para a manutenção e dos procedimentos ambientalmente adequados a serem adotados, incluindo as medidas mitigadoras preventivas, corretivas, de controle e de recuperação; bem como os procedimentos de comunicação ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental;
- 3.17. Apresentar os resultados do levantamento da situação patrimonial das faixas de dutos ou dutos a serem desativados. A partir dos resultados desse levantamento deverá ser apresentado o Plano de Desativação de Faixas e Dutos detalhado;
- 3.18. Apresentar o relatório final do Sistema de Gestão Ambiental contemplando a avaliação dos resultados obtidos;
- 3.19. Apresentar relatório contábil com o montante despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de eventuais ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento;
- 3.20. Atender à seguinte exigência constante na Deliberação CONSEMA 17/2009 de 14/04/09:
- Dentro do Plano de Ação de Emergência, principalmente no que se refere aos terminais, deve ser contemplado um Programa de Treinamento para a população potencialmente afetada, com os procedimentos a serem adotados nas situações de emergência.
4. Durante a operação do empreendimento
- 4.1. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento dos Programas de Reposição Florestal e de Monitoramento da Flora;
- 4.2. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna a ser implementado por, no mínimo, dois anos da emissão da Licença Ambiental de Operação;
- 4.3. Apresentar relatório final do Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna contemplando a avaliação os resultados obtidos no monitoramento da fauna, implementado por no mínimo dois anos da emissão da Licença Ambiental de Operação;
- 4.4. Comprovar atendimento às recomendações elencadas no item 5 do Parecer Técnico nº 027/09/EIPR, para essa fase do licenciamento;
- 4.5. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental de Faixas e Dutos, a ser implantado na fase de operação;
- 4.6. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social a ser implementado na fase de operação do empreendimento, enfocando especialmente as ações desenvolvidas para coibir a invasão das faixas de servidão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 2

Fls 01/04

PROCESSO SMA
Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 1378

SÍNTESE DAS OBRAS LINEARES DO PROJETO PDD

SÍNTESE DAS OBRAS LINEARES DO PROJETO PDD								
Troncho	Extensão Total (km)	Intervenções pretendidas na faixa de servidão	Extensão do subtrecho (km)	Subtrecho das faixas	Largura da faixa da servidão após intervenções (m)	Intervenções pretendidas nos dutos	Nº de dutos na faixa após intervenções	Dutos a sofrerem intervenções
EB-Mauá	37,5	Instituição de nova faixa de servidão	-	-	30 a 90	Novos dutos a serem implantados	5	OSSP A-14"
						Novos dutos a serem implantados		OSSP C-18"
Guararema -Mauá	63,7	Ampliação da faixa existente (corredor de dutos)	41	1. Terminal de Guararema ao Entroncamento para o Terminal de Guarulhos	60 a 90	Novos dutos a serem implantados	6 a 12	OSSP T-18"
			18,7	2. Entroncamento para o Terminal de Guarulhos a ECGM		Novos dutos a serem implantados		OSSP P-12"
						Novos dutos a serem implantados		OSVAT 24"
						Novos dutos a serem implantados		OSVAT III 16"
						Novos dutos a serem implantados		OSVAT III 18"
RECAP- São Caetano	12	Sem ampliação da faixa	-	-	5	Novo duto a ser implantado	2 dutos existentes e um novo	GASPAL II 22"
						Duto a ser adaptado		OSVAT II 16"
								OSSP RE-5/RC 06 6"
								OSSP RE-5/RC 10 10"

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 2

Fis 02/04

PROCESSO SMA

Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1378

SÍNTESE DAS OBRAS LINEARES DO PROJETO PDD (continuação)

Trecho	Extensão Total (km)	Intervenções pretendidas na faixa de serviço	Extensão do subtrecho	Subtrecho das faixas	Largura da faixa de serviço após intervenções (m)	Intervenções pretendidas nos dutos	Nº de dutos na faixa após intervenções	Dutos a sofrerem intervenções				
REPLAN-Guararema	170,7	Sem ampliação	85	1. REPLAN ao km 100 do Campinas – Rio	30	Novo duto a ser implantado	5 dutos existentes e um novo	OSPLAN III 18"				
		Instituição de nova faixa de serviço	17	2. Interligação das faixas Guararema – REPLAN e Campinas – Rio								
		Ampliação da faixa existente	68,7	3. Terminal de Guararema ao km 83 da Guararema – REPLAN								
EB-Cubatão	11,1	Sem ampliação	-	-	15	Duto a ser adaptado?	5 dutos existentes e um duto a ser adaptado	OSSP B-10"				
Terminal de Barueri – Terminal de São Caetano	42,5	Desativação da faixa	-	-	5 a 15	Desativação dos dutos		OBATI CL-14"				
								OBATI ES-14"				

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 2

Fls 03/04

PROCESSO SMA
Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1378

SÍNTESE DAS OBRAS LINEARES DO PROJETO PDD (continuação)

Trecho	Extensão Total (km)	Intervenções pretendidas na faixa de serviço	Extensão do subtrecho	Subtrecho das faixas	Largura da faixa de serviço após intervenções (m)	Intervenções pretendidas nos dutos	Nº de dutos na faixa após intervenções	Dutos a sofrerem intervenções
Terminal de Cubatão - Terminal de São Caetano	26,3	Faixa operante da EB até o ponto de entrega de gás natural. A partir deste ponto a faixa será desativada	2,9	1. EB - Ponto de entrega de gás natural de S. Bernardo Campo	15	Desativação dos dutos, com exceção do GASAN 12"	Será mantido um duto	OSSP A-14" OSSP C-18" OSSP T-18" OSSP P-12" OSSP B-10"
			8	2. Ponto de entrega S. Bernardo Campo ao km 33 da faixa Cubatão - São Caetano		Desativação dos dutos		OSSP A-14" OSSP C-18" OSSP T-18" OSSP P-12" OSSP B-10" GASAN 12"
			7,9	3. Km 33 da Cubatão - São Caetano ao entroncamento com a faixa Barueri - São Caetano				OSSP C-18" OSSP T-18" OSSP B-10"
			7,5	4. entroncamento com a faixa Barueri - São Caetano ao Terminal de São Caetano do Sul				OSSP C-18" OSSP T-18" OSSP B-10" OBATI CL-14" OBATI ES-14"

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 2

Fis 04/04

PROCESSO SMA

Nº 13.853/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1378

SÍNTESE DAS OBRAS LINEARES DO PROJETO PDD (continuação)

Trecho	Extensão Total (km)	Intervenções pretendidas na faixa de servidão	Extensão do subtrecho	Subtrecho das faixas	Largura da faixa de servidão após intervenções (m)	Intervenções pretendidas nos dutos	Nº de dutos na faixa após intervenções	Dutos a sofrerem intervenções
Terminal de Guarulhos – Terminal de São Caetano / RECAP	28,1	Desativação da faixa	4,5	1. RECAP ao entroncamento com a faixa Guarulhos – São Caetano	20 a 25	Desativação dos dutos	-	OSSP A-14" OSVAT II 16" PU-22 22" OSSP A-14" OSVAT II 16" OSVAT 22" OSVAT 24" PU-22 22" OSVAT 22" OSVAT 24"
			4,6	2. Entroncamento ao Terminal de São Caetano do Sul				
			19	3. Entroncamento ao Terminal de Guarulhos				
RECAP – Terminal de Cubatão / Terminal de São Caetano	12	Desativação da faixa	-	-	20	Desativação dos dutos	Será mantido um duto	OSSP A-14" OSSP P-12" GASAN 12"
Faixa Suzano / RECAP (km 26) – RECAP	2,5	Trecho permanece em operação	-	-	30	Desativação dos dutos	-	OSVAT II 16" GASPAL 22"
Área de válvulas de Suzano – Terminal de Guarulhos	25	Trecho permanece em operação	-	-	20	Desativação do duto	Serão mantidos 2 dutos	OSVAT 24"
REPLAN – Terminal de Barueri	99	Trecho permanece em operação	-	-	20	Desativação do duto	Serão mantidos 2 dutos	OPASA 16"

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem